

Nova legislatura testará apoio dos partidos aliados

por Mário Cristiano Fernandes
de São Paulo

No Congresso que toma posse amanhã o governo tem, matematicamente, a maioria necessária (três quintos) para fazer a reforma constitucional — panacéia número um do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A contar apenas os partidos contemplados no Ministério, o Senado oferece 56 cadeiras ao governo — oito a mais do que a maioria de três quintos. Na Câmara, PSDB, PFL, PTB e PMDB somam 289 cadeiras. Somada aos cinquenta parlamentares do PP e PL, partidos que, formalmente, apóiam o governo, a base parlamentar do presidente na Casa também ultrapassa com folga a maioria necessária.

A prática das relações entre o Executivo e o Legislativo durante o primeiro mês do governo Fernando Henrique foi suficiente para confirmar a tradição: na política, os números têm tradução menos alvissareira que na matemática.

A primeira das dificuldades do presidente com o Congresso basta para exemplificar o que se deve aguardar dos próximos quatro anos desta legislatura que se inicia amanhã.

Foram quase duas semanas para se aprovar a indicação de Pêrsio Arida para o Banco Central. A relutância não foi grave pelo tempo — curto se tivesse sido tomado pelo questionamento das posições do economista (um notório defensor da privatização dos bancos estaduais) por parte de parlamentares ciosos do destino pretendido para as finanças dos seus estados.

A relutância, como se sabe, foi moeda de chantagem para a aprovação da anistia de Humberto Lucena por parte de colegas tão solidários quanto companheiros de uso irregular da gráfica do Senado.

Os futuros líderes do novo Congresso dizem que as dificuldades da aprovação de Arida, somada à votação da MP dos impostos de pessoas jurídicas, do salário mínimo e da anistia de Lucena, são águas passadas de uma legislatura que se encerra hoje.

Há mais otimismo que verdade nas expectativas dos novos líderes. A primeira explicação está na própria composição do futuro Senado. O senador Alexandre Costa (PFL-MA), um dos líderes do boicote à votação de Arida, é um dos maiores aliados na

política maranhense do candidato favorito à presidência da Casa, o ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP).

O ex-presidente não comparece à votação. Compreenda-se: votar a favor, poderia afetar a sua vontade com que o Planalto vê sua candidatura; votar contra, estenderia a questão a outros parlamentares e ex-parlamentares envolvidos no uso irregular da gráfica, entre eles sua própria filha Roseana Sarney, governadora do Maranhão. É de Sarney e de seus compromissos políticos que o governo espera uma presidência do Senado aliada.

Na Câmara, a insegurança repousa não apenas no PMDB, maior partido, e eterno fiel da balança, como no próprio partido do presidente, o PSDB. Não bastasse o enchiço das urnas, que lhe deu 62 deputados (24 a mais que na legislatura passada), o PSDB já espera o fluxo de novas adesões que caracterize todo partido sintonizado em início de governo.

PSDB inchado ajuda na matemática mas não se traduz necessariamente no fortalecimento da base política do presidente. A votação da MP 812, sobre os impostos das empresas, foi um exemplo de que nem todo lucano tem plumagem de aliado incondicional. Os do Ceará, por exemplo, não são representados no Ministério e têm a liderança com voto próprio, o governador Tasso Jereissati.

Inchados e "independentes" do governo correligionário, os lucanos terão que se esforçar contra a inevitável comparação — O PMDB, que chegou a ter mais de trezentos deputados durante o governo do peemedebista José Sarney e conservou sua "independência", traduzida na barganha do jogo legislativo da Nova República.

Com um lucano na Presidência, os peemedebistas mais uma vez estão no poder e não estão. Têm três ministérios, ainda que não reconheçam este status para a secretaria de Políticas Regionais, e continuam barganhando na disputa para o segundo escalão.

O PFL faz até agora o papel de aliado mais disciplinado. A imagem pretendida é a do partido descomprometido de seu passado fisiológico. As eleições municipais de 1996, nas quais o PFL e os demais partidos aliados vão apostar o fortalecimento do seu cacife, é o primeiro grande teste das alianças das reformas constitucionais.